



Saneamento e favela: marcas da desigualdade espacial no Rio de Janeiro

Julia Carneiro Rossi¹

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Resumo

Desde a fundação da cidade do Rio de Janeiro, o saneamento tem sido uma questão crucial no processo de urbanização e de aprofundamento das desigualdades. Até hoje, áreas como as favelas enfrentam sérios problemas relacionados a esse serviço. O presente artigo tem como objetivo analisar o acirramento das desigualdades espaciais a partir da produção do espaço da favela de Nova Holanda e a relação com as políticas urbanas do Rio de Janeiro e seus efeitos no saneamento. Para realizar tal análise será resgatado as primeiras políticas urbanas de saneamento da cidade e seus reflexos para as favelas, bem como recorrer a dados atuais sobre esse serviço no conjunto de favelas da Maré. Conclui-se que saneamento é uma demanda fundamental para a redução das desigualdades espaciais urbanas e uma pauta emergencial diante da crise climática que estamos vivendo.

Palavras-chave: Saneamento; Favela; Desigualdade espacial; Nova Holanda;

Sanitation and favelas: marks of spatial inequality in Rio de Janeiro

Abstract.

Since the founding of the city of Rio de Janeiro, sanitation has been a crucial issue in the urbanization process. To this day, areas such as favelas face serious problems related to this service. The aim of this article is to analyze the worsening of spatial inequalities based on the production of space in Nova Holanda and the relationship between Rio de Janeiro's urban policies and their effects on sanitation. In order to carry out this analysis, the first urban sanitation policies in the city and their impact on the favelas will be reviewed, as well as current data on this service in the Maré favelas. The conclusion is that sanitation is a fundamental demand for reducing urban spatial inequalities and an emergency agenda in the face of the climate crisis we are experiencing.

¹ Doutora em geografia (PUC- Rio). E-mail: juliacarneiorossi@gmail.com. ORCID: 0009-0009-0549-5229.

Keywords: Sanitation; Slums; Spatial inequality; Nova Holanda;

Saneamiento y favela: marcas de desigualdad espacial

Resumen. Desde la fundación de la ciudad de Río de Janeiro, el saneamiento ha sido una cuestión crucial en el proceso de urbanización. A día de hoy, zonas como las favelas se enfrentan a graves problemas relacionados con este servicio. El objetivo de este artículo es analizar el agravamiento de las desigualdades espaciales basadas en la producción del espacio en Nova Holanda y la relación entre las políticas urbanas de Río de Janeiro y sus efectos sobre el saneamiento. Para llevar a cabo este análisis, se analizarán las primeras políticas de saneamiento urbano en la ciudad y su impacto en las favelas, así como los datos actuales sobre este servicio en las favelas de Maré. La conclusión es que el saneamiento es una demanda fundamental para reducir las desigualdades espaciales urbanas y una agenda de emergencia ante la crisis climática que estamos viviendo.

Palabras clave: Saneamiento; Favela; Desigualdad espacial; Nova Holanda;

Introdução

O saneamento é uma questão crítica em diferentes regiões do Brasil, que gera impactos graves na saúde, assim como traumas profundos em razão de perdas em eventos climáticos extremos. Com a intensificação das mudanças climáticas decorrentes do aquecimento global, é possível identificar o aumento da frequência desses eventos nos últimos anos, como as inundações e cheias de rios, que poderiam ser amenizadas com um serviço de saneamento adequado. As diretrizes nacionais para o saneamento básico são implementadas em um contexto de profunda desigualdade no acesso a esses serviços no meio urbano e a falta de políticas públicas direcionadas para os espaços mais afetados só amplia esse cenário precário.

Historicamente, nas metrópoles brasileiras, como o Rio de Janeiro, a população mais pobre tende a viver próxima a lixões, aterros sanitários, áreas inundáveis, plantas industriais, entre outros, o que configura um quadro de injustiça ambiental. Poucos estudos têm se dedicado a comprovar empiricamente essa distribuição; como argumenta Cartier et al. (2009, p. 1), “as particularidades da estrutura sócio-espacial brasileira tornam necessária a ampliação do escopo das investigações que devem incluir a falta de

infraestrutura e de serviços urbanos adequados”. Além disso, a ausência da participação cidadã nas tomadas de decisões governamentais dificulta a compreensão das particularidades que produzem cada espaço, limitando a incorporação de outras formas de construir a cidade.

A Nova Holanda, uma das 17 favelas que compõe a Maré, além de ser um local com dados alarmantes sobre as violações do Estado no âmbito da segurança pública, também apresenta disparidade em relação ao resto da cidade no âmbito do saneamento. Assim como toda a Maré, a Nova Holanda não recebeu um projeto de saneamento efetivo; recebeu obras para atender a um determinado número de moradias que não sustenta, hoje em dia, o tamanho da população. Esse cenário contribui para alagamentos, falta de água, transbordamento de esgoto, entre outros danos materiais e morais que a privação desse direito provoca. Trata-se, aqui, da violação do direito ao conjunto de serviços de abastecimento público de água potável; coleta, tratamento e disposição final adequada dos esgotos sanitários; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, além da limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos, como prescreve a Lei nº 14.026/20, conhecida como Lei Federal do Saneamento Básico. Para se debruçar a este contexto, é importante analisarmos como as desigualdades espaciais se relacionam com as políticas urbanas do Rio de Janeiro, especialmente no que se refere ao saneamento básico, e os impactos dessas políticas na vida dos moradores.

A produção do espaço na Nova Holanda reflete as desigualdades estruturais da cidade, onde a pobreza é sistematicamente excluída e as classes marginalizadas desenvolvem formas próprias de ocupação e sobrevivência. Desde o início do século XX, as favelas são estigmatizadas como espaços insalubres, degradantes e associados à violência e criminalidade. Esses estigmas, enraizados em relações de poder desiguais, reforçam a discriminação e justificam práticas opressivas, como a repressão policial e a criminalização dos moradores, especialmente os jovens negros e pobres. No entanto, as favelas também representam a luta legítima por direitos urbanos, emergindo como expressões da resistência e da tentativa de acesso à cidade, apesar das

condições precárias de moradia e serviços. Essas áreas são, portanto, espaços de reinvenção, onde os moradores, através de saberes territoriais e táticas de sobrevivência, constroem formas de permanência e pertencimento no tecido urbano, desafiando as narrativas estigmatizantes e reivindicando o direito de habitar a cidade com dignidade.

Com o surgimento das favelas, o olhar para esse espaço foi construído com base em premissas preconceituosas que perduram até hoje. No início do século XX, eram estigmatizadas como lugar insalubre e socialmente degradante. Com o passar do tempo, foram incorporados outros elementos, como o da malandragem, de lugar violento e habitado por criminosos (Ferreira, 2021). Esse estigma segue atuando em diversos âmbitos das políticas, no que diz respeito à guerra às drogas, à repressão policial e ao enfrentamento bélico de forma indiscriminada, não sendo considerados os direitos fundamentais dos moradores. Essa opressão justifica e banaliza as ações de aniquilamento dos “inimigos”, em geral jovens negros e pobres, que não tem nem o direito à prisão.

Espacializar a desigualdade do acesso ao saneamento é ampliar o conceito de espaço para abranger a complexidade da experiência urbana, complexidade esta que permite criar alternativas e práticas políticas para garantia de direitos. Em termos de contribuições para o campo da Geografia, a produção do espaço da Nova Holanda, como microcosmo do processo de urbanização do Rio de Janeiro, pode dar caminhos para o entendimento sobre a reprodução das desigualdades espaciais e o acesso aos direitos constitucionais ambientais. O espaço possui múltiplas definições e nenhum de seus significados pode ser compreendido de forma isolada; quando associamos esse conceito à relação com o saneamento encontramos diversas possibilidades de abordagem e entendimentos sobre a questão urbana. Considerar essas possibilidades contribui para que a favela – especificamente a Nova Holanda – não seja pensada de forma estigmatizante ou que reduza suas diferenças e riquezas de realidades a um padrão de narrativa homogeneizador.

A geografia crítica nos conduz à análise sobre a produção do espaço enquanto dispositivo de manutenção das desigualdades que se impõe como

condição, meio e produto da reprodução da sociedade no cerne do processo de reprodução capitalista; o espaço torna-se, então, uma mercadoria (Carlos, 2017). A racionalidade que desenhou os caminhos e formas na qual a cidade do Rio de Janeiro foi produzida também direcionou os rumos da produção do espaço da favela. Desde os tempos de colônia, de crise sanitária e de habitação, passando pela República e a Reforma Pereira Passos, a população pobre teve que inventar sua forma de sobreviver e habitar a cidade que se estabelecia a partir de parâmetros segregadores.

Este artigo tem como objetivo analisar o aprofundamento das desigualdades espaciais a partir da produção do espaço na favela da Nova Holanda, e relacionar com as políticas urbanas do Rio de Janeiro e seus impactos no saneamento. Para isso, será feita uma breve revisão das primeiras políticas urbanas de saneamento da cidade e seus reflexos nas favelas, complementada por dados atuais sobre a prestação desse serviço no conjunto de favelas da Maré.

Produção do espaço e o direito ao saneamento em Nova Holanda

Para aprofundar a compreensão sobre a produção do espaço nas favelas e, no caso, Nova Holanda, é preciso mergulhar nas transformações do espaço urbano do Rio de Janeiro além de como isso afetou as pessoas que tiveram que se deslocar para ocupar regiões como a Maré. Não só a história de formação das favelas, mas também a história do saneamento e da produção do espaço da cidade, desde os quilombos e cortiços, são elementos importantes para agregar à análise. Apesar do foco do estudo ser atual, olhar para o passado significa achar consonâncias e modos de perpetuação de políticas e narrativas que reforçam a produção das desigualdades espaciais até hoje. A escolha em resgatar elementos históricos e começar pelo entendimento da relação entre favela e quilombo parte de referências que constroem essa narrativa para ajudar a entender a cidade. Essas formas espaciais de resistência surgem a partir de um cenário urbano de déficit habitacional e, segundo Campos (2005, p. 66):

Considerar o quilombo, o cortiço e a favela como formas espaciais de resistência ao poder constituído é restabelecer a ordem das classes populares, tornando-os ocupantes desse espaço e sujeitos responsáveis pela história sócio-espacial da cidade.

O autor sugere a compreensão da favela como espaço transmutado, já que “afirmar que o espaço quilombola fora transmutado em espaço favela é incluir a favela no processo de construção do espaço urbano das cidades” (Campos, 2005, p. 66). Não cabe, aqui, dissertar sobre as definições e níveis de entendimento sobre o conceito de quilombo, mas sim trazer à luz sobre o modo como esse espaço, criado para resistir à escravidão e às formas de domínio colonial, está relacionado com o processo de formação das favelas e a produção do espaço urbano no Rio de Janeiro. Campos (2006) afirma que o adensamento das favelas a partir desse espaço transmutado se deu à medida que a reforma do espaço urbano da cidade avançava para se adequar aos investimentos capitalistas.

Como apontado por Abreu (2006), a cidade do Rio de Janeiro, ao final do século XIX, era uma cidade ‘apertada’ que se espremia entre os morros, brejos e mangues para habitar o antigo espaço colonial; a lógica escravista e capitalista acirrava ainda mais os conflitos desse espaço. Nesse mesmo período, houve importantes processos de expansão da cidade: a inauguração do primeiro trecho da Estrada de Ferro Dom Pedro II, atual Central do Brasil, em 1858; a introdução de linhas de bonde de burro, em 1868, possibilitou o crescimento físico da cidade e o deslocamento dos “nobres” para bairros da zona sul e as classes menos privilegiadas foram para freguesias suburbanas. É importante destacar que essas obras só foram possíveis devido ao investimento do capital estrangeiro que já controlava a produção da cidade, enquanto o capital nacional da aristocracia era aplicado em propriedades atendidas pelas linhas de bonde.

Além disso, a época se caracterizou pela multiplicação das fábricas na cidade e o declínio do sistema escravista. Junto a isso e aos processos de migração estrangeira, o adensamento populacional se intensificou ainda mais nos cortiços, criando ambientes insalubres com recorrentes epidemias de febre amarela. Foi nesse contexto que o Estado passou a intervir e promulgou um decreto, em 1882, que isentava de impostos as indústrias que construíssem

“casas populares higiênicas” (Abreu, 2006, p. 57) para seus operários. Posteriormente, em 1888, isentou impostos sobre importação de materiais de construção para casas populares, e, no ano seguinte, foi criada a Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro.

O saneamento, questão estrutural na urbanização da cidade, é um ponto fundamental para analisar a produção do espaço no que diz respeito ao acesso desigual a esse direito básico que perpetua até hoje. Na primeira década do século XX, a cidade do Rio de Janeiro passou por grandes transformações com a reforma urbana de Pereira Passos (1902-1906), o que reforçou ainda mais a desigualdade espacial.

A mais significativa das intervenções realizadas pelo poder público foi a “Reforma Passos”, no início do século XX, quando o então Presidente da República, Rodrigues Alves (1902-1906), com o intuito de solucionar o problema das epidemias, da falta de saneamento e de realizar uma reforma urbanística na cidade, deu plenos poderes ao prefeito Pereira Passos (1903-1906) e ao médico sanitaria Oswaldo Cruz para executarem um grande projeto sanitário e urbanístico na cidade do Rio de Janeiro. O projeto se sustentava no tripé: saneamento, abertura de ruas e embelezamento do Centro (Nóbrega Júnior et al., 2012, p. 51).

Cerca de vinte mil pessoas foram desabrigadas pela destruição dos cortiços para que ruas e avenidas fossem alargadas, milhares de pessoas desamparadas que tiveram, como única alternativa, a favela (Nóbrega Júnior et al., 2012). A crise habitacional fez com que a população mais pobre, oriunda dos cortiços e cabeças-de-porco destruídos, se deslocasse para regiões de encostas nas áreas centrais da cidade ou em terrenos desvalorizados, como afirma Ferreira (2009, p. 52):

O significado concreto foi que, do ponto de vista de um direito social como a habitação, a República não apenas expulsou os pobres da cidade, como não garantiu qualquer outra opção, nem mesmo o subúrbio ferroviário da metrópole, pois as medidas do prefeito Pereira Passos não se limitaram à demolição dos cortiços. Através do Decreto 39, de 10 de fevereiro de 1903, ele criou uma série de normas para construção que dificultava ainda mais a edificação de habitações populares nos subúrbios. Como consequência, junto à eliminação das

condições de permanência de habitação popular que antes prevalecia no centro antigo, houve a dispersão do contingente populacional pobre para áreas adjacentes, desprovidas de valor comercial, como os morros, beiras de rios e lagoas e/ou as periferias, onde ficou sujeito a inundações, deslizamentos, a doenças decorrentes da falta de saneamento e a outros fatores que precarizaram ainda mais a vida.

A formação das favelas foi, desde o início, vista com um problema e incluída no rol das habitações anti-higiênicas no discurso de jornalistas e documentos que guiavam as administrações públicas (Valladares, 2000). Em 1930, o Plano Agache denunciou o perigo representado pela permanência da favela. Apesar de os projetos do plano terem sido aprovados, eles foram interrompidos com as mudanças trazidas pela Revolução de 1930, que levou à ditadura de Getúlio Vargas. Esse novo momento significou uma mudança, também, na representação das classes populares, um forte nacionalismo voltado para a valorização da identidade brasileira. Vargas perseguiu comunistas e qualquer oponente de seu regime; ao mesmo tempo, a época foi considerada uma ditadura populista que se fortaleceu por meio de leis reguladoras das relações trabalhistas e leis sociais. Abreu (2006, p. 43) afirma que

A Revolução de 30 vai deixar a favela relativamente em paz. Em algumas instâncias, vai até mesmo socorrer os seus habitantes, defendendo-os contra a ação dos proprietários de terras, contribuindo assim para forjar a imagem de Getúlio Vargas como o pai dos pobres.

Segundo Valladares (2005), o regime Vargas retomou a narrativa higienista e, em 1937, com o Código de Obras aprovado, houve a proibição da criação de novas favelas e o comprometimento de administrar e controlar o crescimento das que já existiam. O Código de Obras foi o primeiro documento oficial a reconhecer a favela como um tema relevante para o planejamento da cidade. Contudo, não havia nenhuma preocupação com as condições de vida da população, além de reforçar a percepção de um incômodo que precisa ser contido e eliminado. A gestão dessa política foi feita pelo prefeito da época, Henrique de Toledo Dodsworth (1937-1945), que realizou um estudo sobre a realidade das favelas e elaborou a primeira experiência efetiva da política de construção de moradias populares para moradores de favelas: os parques proletários (Valladares, 2005). Não obstante,

Permaneceu no projeto de saneamento de Dodsworth a velha ideia higienista de que as favelas eram uma ameaça à saúde pública e, portanto, deveriam ser eliminadas. Entretanto, como parte de sua política de aproximação e cooptação das classes trabalhadoras, o plano propunha a construção de Parques Proletários Provisórios (PPPs). O projeto, que representou a primeira tentativa de uma política habitacional de caráter popular, consistia na remoção das populações das favelas para alojamentos provisórios, enquanto no local seriam construídas casas definitivas de alvenaria para as quais esses moradores voltariam após o processo educativo e 'civilizador' pelo qual passariam nos referidos Parques Proletários (Valladares, 2005, p. 67).

A partir da década de 1930, os primeiros moradores do que viria a constituir o complexo de favelas da Maré se instalaram no Morro do Timbau, única área não alagada entre os manguezais da região da Praia de Inhaúma, e na Baixa do Sapateiro, ao pé do morro. No entanto, a ocupação da Maré se consolidou quando o poder público federal decidiu construir a variante Rio-Petrópolis. A rodovia, atual Avenida Brasil, integrou a BR-101 e foi construída paralelamente à Baía da Guanabara, com o objetivo de ligar o centro da cidade aos subúrbios e alargar a malha industrial da cidade. Os aterramentos e vias de acessos criadas atraíram muitas pessoas que trabalhavam na sua construção, se tornando pontos de partida para muitas ocupações (Nóbrega Júnior, 2012). Na década de 1940, a Ilha do Fundão também começou a surgir para abrigar a cidade universitária da Universidade do Brasil (atual UFRJ), o que só foi possível com o aterramento de um arquipélago de nove ilhotas ocupadas por uma população de pescadores, onde funcionavam pequenos estaleiros desalojados para ceder lugar ao aterro. Desde os tempos coloniais a região da Maré é ocupada, pois era um refúgio tranquilo às margens da Baía de Guanabara sem poluição, com muitas ilhas, praias e manguezais. Naquela região havia como acidentes geográficos a Enseada de Inhaúma, a Praia de Inhaúma, a Ponta da Pedra e a Praia do Apicú. Em frente àquelas ficavam as ilhas do Fundão, do Pinheiro, Bom Jesus, Pindaís, das Cabras, Baiacu e Catalão. Todas elas, no final da década de 40 e início dos anos 50, foram anexadas à Ilha do Fundão para a construção da cidade universitária (Araújo, 2012, p. 99).

Esse processo, durante mais de 10 anos, causou grande transformação ambiental com alterações na dinâmica de circulação das águas, que impactou a permeabilidade do solo, provocando graves consequências para a poluição do Canal do Cunha (Souza, 2007). A região, antes caracterizada por ser um estuário – local onde diversas espécies marinhas se reproduzem – deu espaço para obras e aterros que fizeram trabalhadores se instalarem nas palafitas.

Silva (2009) destaca que esse é um dos aspectos mais peculiares da Maré, cujo território, além de conquistado, passou por processos de construção de aterros realizados pelos próprios moradores. Assim, de forma lenta e contínua, os moradores começaram a desenvolver estratégias para produzir seu próprio chão, a partir da possibilidade de aterrar o manguezal em uma região que oferecia oportunidades de trabalho para essa parcela da população.

A geografia da expansão das favelas identificada no Censo 1948 pode ser explicada quando tomamos como referencial a localização de indústrias nos bairros dos subúrbios cariocas, sobretudo ao longo da Avenida Brasil e da Ferrovia Suburbana da Leopoldina, como fatores de mobilização de força de trabalho, expansão do comércio e instalação de serviços urbanos. Estes fatores agregados contribuíram para a atração da população e influenciaram na construção de moradias (Silva, 2009, p. 38).

Em 1954, a Refinaria de Manguinhos se instalou na região como polo de desenvolvimento industrial, com ampla oferta de empregos e oportunidades econômicas. Na década de 1950, o processo de desenvolvimento urbano-industrial da região metropolitana do Rio de Janeiro se intensificou. A expansão das indústrias poluidoras, como as refinarias, indústrias químicas e farmacêuticas, somados ao processo de aterro e abertura da Avenida Brasil, gerou um crescimento populacional na região, além de uma mudança radical na qualidade das águas, da balneabilidade das praias e o começo do declínio da pesca. Com a expansão urbana, a Baía de Guanabara passou a receber um volume maior de esgoto doméstico sem tratamento, interferindo ainda mais na qualidade da água (Britto, 2003).

Nesse período, surgiram os primeiros barracos no Parque Maré, um prolongamento da Baixa do Sapateiro. Com a dinâmica das águas da maré e o aumento da população, houve uma expansão da ocupação em direção à Baía

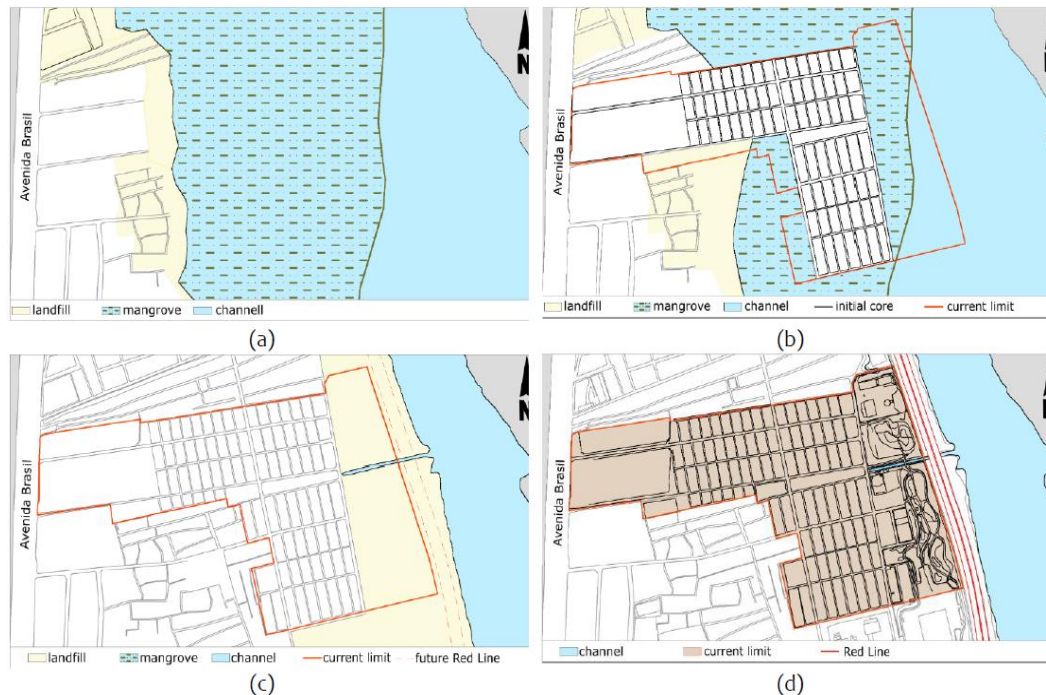
de Guanabara, com palafitas. Na mesma época também surgem o Parque União e o Parque Rubens Vaz, o último em uma região de areal e “os poucos habitantes que moravam ali sofriam muito quando a maré enchia porque apareciam cobras e lagartos e deixava lama em quase tudo” (Silva, 2009, p. 114).

Na década de 1960, com o governo de Carlos Lacerda, a Nova Holanda foi criada como um Conjunto Habitacional Provisório (CHP) e recebeu pessoas de diferentes favelas que foram removidas da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, como a Favela do Esqueleto, a Praia do Pinto, o Morro da Formiga, o Morro do Querosene, e às margens do Rio Faria-Timbó. Segundo Nóbrega Júnior (2007), o CHP tinha como objetivo fazer com que essas pessoas aprendessem novos hábitos de higiene e convivência social, como forma de disciplinar os corpos e culturas desses sujeitos. Existia uma dinâmica de controle sobre a circulação dos moradores e a realização de melhorias nas casas eram proibidas (Nóbrega Júnior, 2007). Tal política habitacional foi orientada por uma lógica que reforça a segregação espacial, já que o objetivo era deslocar a população das favelas das áreas nobres, para uma região com pouca infraestrutura, e limitar as formas de vida que os moradores poderiam construir.

O mapa (figura 1), elaborado por Bastos et al. (2022, p. 7), demonstra como o processo de consolidação de Nova Holanda ocorreu, separado em quatro etapas: (a) pré-implementação da área, (b) implementação, (c) evolução e (d) consolidação.

Figura 1

Mapa do processo de consolidação de Nova Holanda em 4 etapas.



Fonte: Bastos et al. (2022, p. 7).

A figura (a) reflete a região em 1961, um ano antes da implementação do Conjunto Habitacional Provisório (CHP). A parte em amarelo, que representa o aterro (landfill), demonstra o avanço das casas de palafitas, solução para o movimento das marés, já que os mangues ainda estavam preservados. Na figura (b), um ano depois da anterior, mostra a implementação do CHP a partir do aterro do mangue; na figura (c), está o avanço do aterro a partir do Projeto-Rio, na década de 70, que extinguiu os mangues da área; a figura (d) apresenta a Nova Holanda nos tempos atuais, com a ocupação completa do aterro. O processo de extinção do mangue ocorreu de forma contínua, a largura do Canal do Cunha foi bastante reduzida e a permeabilidade do solo foi modificada, tanto pelas construções quanto pela pavimentação das grandes vias da cidade. O crescimento vertical das habitações é um elemento não demonstrado no mapa em duas dimensões (2D) – atualmente é possível identificar construções com quatro andares e uma laje.

A favela Nova Holanda é uma das tantas favelas cariocas construídas em decorrência de uma política de remoção de favelas da zona sul da cidade para conjuntos habitacionais. Inicialmente, o objetivo de Nova Holanda era ser um Centro de Habitação Provisória (CHP), onde as pessoas residiriam

temporariamente até serem encaminhadas para moradias definitivas. Entretanto, essa transferência nunca ocorreu e a configuração espacial de Nova Holanda se expandiu a partir desse contexto. O abastecimento de água, previsto no início do processo de remoção, passou a ser um problema, pois as favelas do entorno faziam ligações nos canos e a água não tinha força para chegar até a Nova Holanda. Assim, era necessário buscar água do outro lado da Avenida Brasil, que naquela época não tinha passarelas, no chamado “rola-rola”, instrumento para rolar um barril de água pela rua (Nóbrega Júnior et al., 2012).

O espaço possuía estrutura construída para esgotamento sanitário, água e energia elétrica, porém, projetada para atender a um número inferior de pessoas ao existente. O caráter provisório e de trânsito a que se pretendia o CHP implicou em uma infraestrutura sem condições para utilização plena. O esgoto, em pouco tempo, transbordava, assim como criava “valas” junto a área projetada para escoamento da chuva (contaminando os canais). O abastecimento de água, também regular no início, passou a ser artigo raro nas residências (p. 86).

A questão do saneamento básico sempre foi um problema para os moradores de Nova Holanda – a falta de manutenção e o crescimento da favela levaram à deterioração completa das redes de água e esgoto. Diante desse quadro, os diretores da Associação articularam com os diretores das outras associações da Maré e, juntos, reivindicaram pelas obras que deveriam ter sido realizadas no período do Projeto-Rio, mas não saíram do papel. As reivindicações foram encaminhadas e, posteriormente, foi criado um programa para a retomada das obras de urbanização em toda a área já prevista no Projeto. Ao iniciar as obras, a Cedae inaugurou um núcleo de atendimento para a área da Maré, em Nova Holanda, e aterrou o valão que dividia a favela para a construção de uma praça, que hoje é um dos poucos espaços de lazer da região (Carvalho, 2006).

No governo de João Figueiredo (1979-1985), foi implementado o Projeto-Rio, que se limitou em erradicar as palafitas e construir moradias sobre aterramento da área do antigo aeroporto de Mangueiras. Os moradores foram reassentados no próprio local, nas favelas Vila do João, Conjunto Pinheiro e Conjunto Esperança. Em 1982, a Ilha do Pinheiro foi anexada ao aterro pelo Projeto-Rio, quando o Estado atuou na remoção silenciosa de 15 mil pessoas

para que não houvesse mais invasões (Silva, 2009, p. 117). Com a construção da Vila do Pinheiro, todas as palafitas da área da Maré foram eliminadas.

Um dos pontos-chave para entender a luta pelo acesso ao saneamento na Nova Holanda, é o histórico de mobilizações dos moradores para acessar esse direito. Na década de 1970, um grupo de mulheres se reúne para pensar nas demandas para a NH e formar a Chapa Rosa na intenção de disputar a eleição da associação de moradores. A chapa tinha como objetivo a conquista de equipamentos urbanos básicos, como a canalização de redes de água potável, esgoto sanitário e de energia elétrica. Do formato porta a porta até a atuação de incidência política para conquista de serviços, todos são elementos relevantes para a produção do espaço de Nova Holanda. A Chapa Rosa se manteve por três gestões, de 1984 a 1990, período em que a associação conseguiu articular com órgãos públicos para que obras de saneamento fossem feitas. Nóbrega Júnior (2017) acrescenta que, durante esse tempo, o processo de consolidação da Maré ganhou contornos definitivos ao ser criada a 30ª Região Administrativa, em 1986, e posteriormente quando a região foi decretada como bairro, em 1994.

Nos anos de 1990, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92), sediada no Rio de Janeiro, houve a implantação da Linha Vermelha: via expressa e de apoio à dinâmica de circulação da cidade. Seus 25 quilômetros de extensão tinham como objetivo conduzir fluxos do Aeroporto Galeão ao centro, para atender a interesses do turismo e negócios. Procurando manter o fluxo constante, a construção da via se deu de modo a garantir a menor interferência possível da cidade, já que em toda sua extensão “teve a implantação descolada do tecido existente por diferença de nível, principalmente nas cercanias de favelas” (Souza, 2007, p. 8). Parte da Linha Vermelha beira a Maré, do Piscinão de Ramos até a altura do Conjunto Esperança – a via atravessa, mas não se conecta ao território. Outra obra importante no Rio de Janeiro que tem relação com a história da Maré, é a criação da Linha Amarela. Partindo de uma antiga ponte que fazia a ligação do Fundão ao continente, essa via se direcionou à zona oeste da cidade, chegando

à Barra da Tijuca, e atravessa a Maré no limite entre as favelas Morro do Timbau, na altura da praia de Inhaúma, e Vila dos Pinheiros.

Em janeiro de 1994, a Maré foi instituída como bairro durante a prefeitura de César Maia (1993-1996) com alterações nos limites dos bairros de Olaria, Ramos, Bonsucesso e Manguinhos. O novo bairro é composto por um conjunto de 17 localidades: Praia de Ramos; Parque Roquete Pinto; Parque União; Parque Rubens Vaz; Nova Holanda; Parque Maré; Nova Maré; Baixa do Sapateiro; Morro do Timbau; Conjunto Bento Ribeiro Dantas; Conjunto Pinheiro; Vila Pinheiro; Parque ecológico Novo Pinheiro, popularmente chamado Salsa e Merengue; Vila do João; Conjunto Esperança e Marcílio Dias que, apesar de pertencer ao bairro da Penha Circular, é incorporado ao conjunto de favelas da Maré como uma estratégia de articulação entre as associações de moradores para o fortalecimento de suas pautas.

Durante a ECO-92, no Rio de Janeiro, o governo do Estado, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo de Cooperação Econômica no Exterior (OECE) anunciaram o compromisso de despoluir a Baía da Guanabara, através do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG). O governo do Estado precisava de recursos para implementar as obras e com essa cooperação internacional foi possível arrecadar mais de 500 milhões de dólares (Britto, 2003).

As obras não começaram no governo Brizola (1991-1994), devido aos trâmites de licitação exigidos pelos órgãos financiadores e só tiveram início, de forma lenta, no governo de Marcelo Alencar, em 1995. No mesmo ano, com o atraso no cronograma do programa, o BID passou a cobrar multa pelo recurso não utilizado, o que acelerou o andamento dos projetos.

O processo de implementação das obras foi lento e houve pedidos de adiamento durante o governo de Marcelo Alencar (1995-1999), resultando em uma diferença de praticamente três anos em relação ao cronograma inicial (Britto, 2003). Com o governo Garotinho (1999-2002), a instalação das redes e ligações aos domicílios foi retomada, mas uma série de problemas deixava em

evidência o desconhecimento dos formuladores dos programas de saneamento sobre a realidade local, em termos de sistemas existentes, e das condições sociais da população.

Um outro problema relativo à formulação do programa veio à tona no governo Garotinho. Concluídas as redes e a estação de tratamento de esgotos de São Gonçalo, observou-se que o volume de esgoto que chegava à estação para ser tratado era muito menor do que o previsto, e que o problema de lançamentos de esgotos nos canais da região continuava. Foi verificado então que as ligações domiciliares dos esgotos à rede de coleta não haviam sido realizadas. Os planejadores e executores haviam previsto que estas ligações deveriam ser feitas pelos moradores. No entanto, a população da região, em sua maioria composta por famílias pobres, não estava disposta nem tinha recursos pra arcar com os custos das ligações (aproximadamente 120 reais em 2001). A solução dada pelo governo do Estado foi que a Cedae faria as ligações e seria cobrado um real por mês nas contas de água, até perfazer o custo total da ligação (Britto, 2003, p. 13).

Além dos problemas de concepção, a autora também afirma que o programa foi pouco efetivo e, com a ausência de investimentos pelo Estado, não atendeu ao que previa. Apesar de algumas áreas terem recebido obras ineficientes, as do Sistema Alegria, ligadas à rede coletora de esgoto da Maré, nem foram realizadas. Segundo a série de reportagens Jogo Sujo, parte da verba do Sistema Alegria foi suspensa e as obras pararam. Atualmente, a Estação ETE Alegria – que chegou a ser construída – opera com 15% a 20% de seu potencial, atendendo, apenas, a parte da zona norte, centro e alguns bairros da zona sul.

Em 1997, o Ministério Público instaurou um inquérito civil para denunciar a falta de comprometimento dos agentes responsáveis pelos trabalhos com as obrigações assumidas no plano do PDBG. Em agosto de 2004, o órgão propôs o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para a Cedae, com objetivo de cobrar a implementação do programa. Essa cobrança exigia a construção de troncos coletores, uma tubulação que liga os domicílios ao sistema de coleta de

esgoto, levando todo o volume para a estação de tratamento e devolvendo a água tratada.

No entorno da Maré está localizado o Canal do Fundão e do Cunha, uma das áreas mais poluídas da Baía de Guanabara que recebe esgoto in natura diariamente e é desembocadura dos rios Faria-Timbó e Jacaré (Pereira, 2012; Buraschi, 2015). O Canal do Cunha desemboca, por sua vez, no Canal do Fundão, região localizada entre a Ilha do Fundão e as margens de algumas favelas da Maré, como Nova Holanda, Pinheiro, Baixa do Sapateiro, Rubens Vaz e Parque União.

O Programa de Revitalização do Canal do Fundão foi mais uma tentativa para solucionar uma das demandas na região: o assoreamento do canal. Em 2009, iniciaram as ações de despoluição e revitalização do Canal do Fundão. O programa teve como objetivo estender o Canal por 80 metros adicionais, ao longo de um trecho de 6 km, com profundidades que atingem 4,5 m. O orçamento foi de R\$ 184 milhões, financiados pela Petrobrás, e as obras foram geridas pela Secretaria de Estado do Ambiente e a Fundação Bio-Rio (Pereira, 2012).

Em 2011, mirando as Olimpíadas de 2016 e as possibilidades de investimentos internacionais, o Decreto Estadual nº 42.931 instituiu que fosse estabelecida uma coordenação específica para a elaboração do Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara (PSAM). Cerca de sete bilhões de reais foram gastos com projetos de revitalização, incluindo ecobarreiras, dragagens e barcos despoluidores. O programa também previa a ligação da Maré com a ETE Alegria, e tinha como meta 80% de coleta e tratamento de esgotos dos bairros no entorno da Baía, algo que nunca aconteceu (Lopes, 2021).

Meirelles (2018) faz uma análise sobre os investimentos em esgotamento sanitário na bacia hidrográfica da Baía de Guanabara. Afirmar que o modelo adotado pelo governo para solucionar problemas decorridos da ausência de tratamento dos esgotos domésticos, utilizando empréstimos internacionais de grande porte, é insuficiente para a melhora no índice de

qualidade da água da bacia drenante e que a Baía não apresenta melhora nos pontos analisados entre 1990 e 2015. Britto (2003, p. 14) também afirma que “o objetivo de recuperar ecossistemas e melhorar a qualidade das águas da Baía de Guanabara ainda está muito longe de ser alcançado”.

Rodrigues (2019) estuda as narrativas de intervenções de infraestrutura e segurança na Maré e, a partir das notícias do jornal Maré de Notícias, ressalta a negligência quanto ao saneamento apontadas nas reportagens do jornal:

O anúncio de projetos de saneamento é talvez uma das promessas de intervenção de infraestrutura mais recorrente, se observadas as sucessivas edições do jornal local Maré de Notícias. A ligação da rede coletora da Maré com a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Alegria, no bairro vizinho do Caju, por exemplo, é anunciada de tempos em tempos, mas nunca concluída (NORONHA, 2014a; p. 5). O então diretor da CEDAE, Marcelo Motta, anunciou em 2012 que seriam investidos R\$35 milhões na Maré para obras de esgoto em 13 das 16 comunidades, ligando-as à ETE Alegria, como parte da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (EUCLIDES, 2012, p. 4). Além da obra, foi prometido um atendimento semanal à população do local. A obra estava prevista para durar 720 dias a partir de março de 2013, mas nunca foi iniciada. Em 2014, durante a ocupação do Exército, uma matéria intitulada “Agora vai, CEDAE?” divulgou um novo anúncio de obras de saneamento, dessa vez para iniciar em março de 2014, pelo então diretor Wagner Victor, a um investimento segundo ele de R\$450 milhões (NORONHA, 2014b, p. 7), ligando as 13 comunidades previstas à ETE Alegria e as 3 remanescentes à ETE da Penha. Em 2018, a CEDAE disse que devido à “ocupação desordenada do solo” era necessário um novo projeto para adaptar a rede existente e fazer a ligação à ETE Alegria (EUCLIDES, 2018). Já em 2019, a CEDAE alegou estar fechando o processo de contratação das obras, mas não divulgou informações detalhadas do projeto (EUCLIDES, 2019). Segundo reportagem para o canal oficial de imprensa do governo do estado do Rio de Janeiro, de maio de 2015, estava prevista uma obra de saneamento para estender a coleta de esgoto a cem dos cento e trinta mil moradores da Maré, a ser concluída em 48 meses. A obra, no entanto, nunca foi realizada (Rodrigues, 2019, p. 113).

As promessas dos anos 1990 e início dos anos 2000 refletem a falta de eficiência das políticas públicas e na gestão orçamentária de obras estruturais que ainda precisam ser feitas. No caso da Maré, um conjunto de favelas, é ainda mais nítida a falta de compromisso com a população pobre e negra, que está mais vulnerável aos impactos da falta de saneamento. Na Carta de direitos climáticos da Maré (Cocôzap, 2022) e em reportagens dos jornais comunitários Maré de Notícias (Breno; Rodrigues, 2021) e O Cidadão (Silva; Vaz, 2023), o racismo ambiental é utilizado para expressar como a população negra da cidade,

em sua maioria moradores de favelas, é mais impactada pela violação dos direitos ao saneamento.

Em 2017, a partir do Inquérito Civil MA nº 7083, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, através da 4ª Promotoria de Justiça de Proteção de Tutela Coletiva de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural, ajuizou a ação civil pública do saneamento de Nova Holanda². O órgão está processando até hoje o município do Rio de Janeiro, o estado do Rio de Janeiro, a Cedae, e a Rio-Águas, visando apurar a ausência de equipamentos de saneamento básico, especialmente da rede de esgoto e drenagem das águas pluviais em Nova Holanda. No texto da contestação do município, a narrativa se constrói também a partir da responsabilização dos moradores, incluindo a proposta de demolir as construções como forma de reparação pelos danos à coletividade. O parcelamento do solo, as construções e a destinação dos resíduos são apresentados como justificativas para indicar uma condenação da população de Nova Holanda, deslocando-as da posição de vítima para um lugar de devedoras à sociedade.

Considerações finais

Portando, para compreender como o saneamento foi concebido na cidade, foi apresentado o contexto histórico e político desde a formação das favelas no Rio de Janeiro, passando pela especificidade da ocupação da Nova Holanda, até os desafios atuais. Ao tentar espacializar a compreensão das desigualdades relacionadas ao saneamento, surge também a necessidade de racializar a compreensão dessas injustiças, o que aponta para a noção de racismo ambiental, um campo necessário para os estudos da geografia na atualidade.

Por outro lado, as favelas, em seu processo de habitar a cidade, possuem diferentes marcas simbólicas e movimentos de pertencimento ao espaço produzido, protagonizando modos de permanência de grupos populares

² A análise sobre essa ACP foi realizada em um dos capítulos da minha tese de doutorado intitulada por “Remando a favor da Maré : o racismo ambiental e a luta pelo acesso ao saneamento na favela Nova Holanda” defendida em Março de 2024.

no espaço urbano. Essas formas de reinvenções das favelas e periferias podem ser entendidas como multiplicidades inventadas, produtos da desigualdade espacial que emergem também como expressões das lutas legítimas para habitar a cidade. As favelas são vistas e tratadas como a negação da cidade, a partir dos estigmas construídos com base na ideia de informalidade, carência e violência. No entanto, esses espaços são expressões mais consistentes e mais duradouras, já que no Rio de Janeiro as favelas possuem mais de 100 anos de luta pelo direito à cidade.

Esse projeto de intervenção urbana autoritário ao longo da história provocou forte resistência dos moradores, que desde o início da sua instalação já reivindicavam por seus direitos. A organização coletiva dos moradores foi decisiva para evitar remoções por parte do Estado e, ao mesmo tempo, garantir um mínimo de infraestrutura de abastecimento de água e saneamento básico nas comunidades. Historicamente, as políticas de saneamento não tem reconhecido a população de favela, em sua maioria negra, como sujeitos de direitos, tampouco como sujeitos políticos, na medida em que não lhe é garantido nem o acesso ao saneamento, nem à participação nos espaços de poder do setor de decisão de políticas públicas e de reflexão e pesquisa sobre saneamento. Nesse sentido, é importante considerar o repertório de atuação política dos moradores de Nova Holanda, bem como a importância das mulheres para esse reconhecimento enquanto sujeitas de direitos.

As negações e violações de direitos em Nova Holanda são historicamente enfrentadas por mobilizações que constroem propostas e alternativas fundamentais para desenvolver um planejamento urbano. O saneamento é uma demanda fundamental para a redução das desigualdades espaciais urbanas e uma pauta emergencial diante da crise climática que estamos vivendo. Esse tema, que abarca um guarda-chuva de serviços urbanos, é um importante tema gerador das lutas construídas nas arenas, espaços onde se dão os embates sociais para construção de novas possibilidades e invenções na cidade.

Referências

ABREU, M. A. A evolução urbana do Rio de Janeiro. 4. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2006. 155p.

BARBOSA, J. L. Espaço e democracia na conquista política de direitos. In: **COLÓQUIO NUGEA**, 2., Juiz de Fora. Anais... Juiz de Fora: UFJF, 2016. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/nugea/wp-content/uploads/sites/338/2016/06/palestra-Jorge.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2023.

BARBOSA, J. L. Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental. **Saúde Soc**, v. 29, n. 2, e180519, 2020a. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902020180519>>. Acesso em: 21 out. 2023.

BRENO, L.; RODRIGUES, M. **Você sabe o que é racismo ambiental? Entenda a relação com o território da Maré.** **Maré de Notícias**, [Rio de Janeiro], 2 jun. 2021. Meio ambiente. Disponível em: <<https://mareonline.com.br/voce-sabe-o-que-e-racismo-ambiental-entenda-a-relacao-com-o-territorio-da-mare/>>. Acesso em: 2 fev. 2024.

BRITTO, A. L. Implantação de infra-estrutura de saneamento na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: uma avaliação das ações do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 5, n. 1, p. 63-77, maio 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.22296/2317-1529.2003v5n1p63>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

BURASCHI, G. V. **Processos hidrossedimentológicos no Canal do Fundão, Rio de Janeiro – Brasil.** Rio de Janeiro, 2015. 85p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Oceânica) – Instituto de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://w1files.solucaoatrio.net.br/atrio/ufjr-peno_upl/THESIS/6000167/2015_mestrando_gabriela_veronica_buraschi_2020404234927370.pdf>. Acesso em 4. dez. 2023.

CAMPOS, A. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COCÔZAP. **Carta de saneamento da Maré 2020: contribuições da Maré para o desenvolvimento de políticas socioambientais no contexto das eleições municipais de 2020 e parte integrante da Agenda Rio 2030.** Rio de Janeiro: data_labe; Redes da Maré; Casa Fluminense, 2020. Disponível em: <<https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/COCOZAP-CARTA-DE-SANEAMENTO-DA.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2023.

FERREIRA, A. Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros. *Biblio 3W*, Universidad de Barcelona, v. 14,

n. 828, 25 jun 2009. **(Geo Crítica)**. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-828.htm>>. Acesso em: 21 out. 2023.

GONDIM, L. M. de P. A manipulação do estigma de favelado na política habitacional do Rio de Janeiro. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 12/13, n. 1/2, p. 27-44, 1981/1982. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/9716>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

LOPES, V. Maré pelo ralo. **Data_labe**, 2021. Disponível em: <<https://datalabe.org/mare-pelo-ralo/>>. Acesso em: 1 dez. 2023.

MEIRELLES, P. Y. R. Análise dos investimentos em esgotamento sanitário na bacia hidrográfica da Baía de Guanabara. Rio de Janeiro, 2018. 74f. **Dissertação (Mestrado em gestão e regulação de recursos hídricos)** – Centro de Tecnologia e Ciências, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/13509/1/Dissertacao_PomyYara%20Romancini%20Meirelles%20correcao%20biblioteca%20110419%20ok%20para%20impressao.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2023.

MELO, M. S. de. Fragmentos da cidade na cor de azeviche: a história da favela Nova Holanda nas narrativas das mulheres negras. Rio de Janeiro, 2020. 104f. **Dissertação (Mestrado profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais)** – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<https://repositorio.fgv.br/items/48b56f6d-10a7-48d8-b9c3-560af8bf73e6>>. Acesso em 12 set. 2023.

NÓBREGA JÚNIOR, E. D.; BELFORT, M. C.; RIBEIRO, P. Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012. Disponível em: <<https://www.redesdamare.org.br/media/livros/memoria-identidade-moradores-nova-holanda.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2023.

PEREIRA, F. C. S. **Análise da disposição do material dragado no Canal do Fundão e no Canal do Cunha**. Rio de Janeiro, 2012. 77f. **Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental)** – Centro de Tecnologia e Ciências, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.peamb.eng.uerj.br/trabalhosconclusao/2012/FernandaCristinadeSouzaPereira.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2023.

RODRIGUES, L. F. “Estado falido”, “cidade frágil”, “problema favela”: narrativas de intervenções de infraestrutura e segurança na Maré. Rio de Janeiro, 2019. 151f. **Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)** – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/49410/49410.PDF>>. Acesso em: 2 fev. 2024.

SILVA, J. S.; BARBOSA, J. L. As favelas como territórios de reinvenção da

cidade. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 115-126, fev. 2013. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/cdf/article/view/9062>>. Acesso em: 4 set. 2023.

SILVA, A. C. da; VAZ, C. Mudança climática vira tema de debate entre moradores. **O cidadão**, [Rio de Janeiro], 4 fev. 2023. Disponível em: <<https://jornalocidadao.net/mudanca-climatica-vira-tema-de-debate-entre-moradores/>>. Acesso em: 2 fev. 2024.

SOUZA, M. J. N. de. Apontamentos sobre a Maré: uma compreensão. **Revista Brasileira De Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, p. 53-68, maio 2007. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/170>>. Acesso em 26 dez. 2023.

VALLADARES, L. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. **RBCS**, v. 15, n. 44, p. 5-34, 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092000000300001>>. Acesso em: 17 jan. 2024. _____. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 204p.